
Comunicação Socioambiental, Interesses e Educação: perspectivas cruzadas¹

Sandra Pereira FALCÃO²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Discutem-se aspectos da comunicação/educação socioambiental face à variável dos interesses. Analisam-se possibilidades de um olhar transformador sobre o real, capaz de retirá-lo de uma espécie de zona de congelamento na escola e trazê-lo para o território das ações proativas cotidianas. O texto origina-se de investigações científicas quali/quantitativas desenvolvidas no PPGCOM da ECA-USP, por meio das quais verificamos como os trânsitos discursivos na interface comunicação/educação interferem na proatividade dos moradores de territórios ambientalmente prejudicados³.

Palavras-chave: comunicação ambiental urbana; educomunicação socioambiental; trânsitos discursivos multidimensionais; interesses

Introdução

Adilson Citelli, professor titular da ECA-USP⁴, lembra que a presença multifacetada dos meios de comunicação em nosso tempo provoca e amplia discussões correlacionadas à construção das instituições democráticas, aspecto fulcral para orientar as formas segundo as quais nos organizamos socialmente e construímos a cidadania nos dias em curso. No caso específico da constituição de cidadania socioambiental em áreas geográficas carentes desse quesito, notamos frequentemente lacunas que impedem, de algum modo, a “dimensão estratégica” da comunicação “para o entendimento da produção, circulação e recepção dos bens simbólicos, dos conjuntos representativos, dos impactos materiais” (CITELLI, 2011, p. 62) vinculados ao trato das relações ser humano-meio ambiente.

Tal dificuldade resulta muito mais em velamento de informações do que em revelação ou desvelamento, para usar termos semelhantes aos que o pesquisador utiliza

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP; mestre pela mesma instituição; especialista em Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal de Educação Tecnológica de São Paulo; professora do Centro Educacional Objetivo. Integra o Grupo de Pesquisa *Mediações Educomunicativas* (certificado pelo CNPq; sediado na ECA-USP, liderado pelo professor Dr. Adilson Citelli).

³ Os dados de campo constantes deste *paper* referem-se a um distrito paulistano chamado Vila Medeiros (nordeste da cidade de São Paulo). Trata-se de espaço geográfico composto por 10 bairros (Vila Medeiros, Vila Sabrina, Vila Ede, Vila Gustavo, Vila Munhoz, Vila Nivi, Jardim Brasil, Jardim Julieta, Parque Rodrigues Alves, Conjunto Promorar Fernão Dias) e uma parcela de bairros circunvizinhos, como o Parque Edu Chaves, que, em seu conjunto, sofrem com o fenômeno ilha de calor urbana e outras mazelas socioambientais. Ver detalhes em FALCÃO (2013).

⁴ Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

na elucidação da ideia.

Com o propósito de alterar, de alguma forma e para melhor, os fluxos de informação ambiental em regiões nas quais ela é exígua, além do investimento público em equipes dialógicas que trabalhem sob orientação educacional, torna-se pré-requisito um esforço comunicacional no sentido de entender melhor o *interesse* – que teoricamente moveria o cidadão à participação e ao engajamento ambiental. A variável do interesse expande-se e contrai-se na atualidade, retornando, muitas vezes, ao aspecto puramente individual. Isso pode minar a qualidade do processo de participação dos cidadãos em torno da decisão sobre temas coletivos, como o cuidado ambiental urbano.

Marques (2011, p. 2) pondera sobre quanto as propensões e compreensões dos sujeitos formam “um horizonte ampliado e partilhado de sentidos”, marcado por dois questionamentos essenciais: a) “até que ponto a discussão fornece mesmo condições paritárias de expressão e enunciação, dificultando a construção de estratégias voltadas para o alcance de fins particulares”? ; b) “em que medida interesses particulares são redimensionados para serem diluídos em demandas coletivas via debate racional”?

Interesses, fluxos midiáticos e questão socioambiental

Pedro Jacobi (2008) assinala que tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias entre atores sociais representantes de valores opostos são oriundas da dinâmica de toda uma estrutura social, constitutiva das formas e processos espaciais. É preciso, no entanto, estarmos atentos à “defesa de interesses particularizados que interferem significativamente na qualidade de vida da cidade como um todo”, pois há atores diferenciados – situados em campos bem opostos na pirâmide de distribuição de renda dos municípios – que, em nome de interesses particulares, afetam o interesse geral (JACOBI, 2008, p. 178/179)⁵.

A busca de um ponto de equilíbrio entre a defesa dos interesses pessoais/grupais e o interesse público no sentido de demandas advindas legitimamente da ‘esfera pública’ (ambiental, em nosso caso) não pode excluir “o autointeresse dos processos interacionais em nome de um ideal de imparcialidade que pode mais prejudicar do que auxiliar na compreensão recíproca entre os interlocutores” (MARQUES, 2011, p. 15).

⁵ Diga-se de passagem, a ambiguidade constatada pelo pesquisador quanto à compreensão do que significa ‘interesse geral’ chamou-lhe a atenção quando da análise dos dados de campo de uma de suas investigações.

Além, portanto, da inclusão de alguns interesses particulares (de grupos e indivíduos) nas discussões ambientais – desde que tais demandas não firam o princípio da busca pela qualidade de vida urbana consensual – há que se contar com uma mídia que realmente funcione como alicerçado instrumento difusor das visões de mundo e dos projetos políticos nas sociedades contemporâneas, como quer Miguel (2002). Esse marco difusor deve ocorrer, prossegue o autor, porque é preciso que a mídia se constitua em local no qual se exponham as várias representações do corpo social, conectadas aos diferentes grupos e interesses, o que ainda não acontece, segundo sua visão:

O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são *representantes* das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia (MIGUEL, 2002, p. 163, grifo do autor).

A fim de que a opinião pública seja “convocada para participar das decisões que lhe afetam o cotidiano” e que o direito à informação ultrapasse “a noção de ‘liberdade de expressão’ para abranger também o ‘poder de ser ouvido’ (garantindo, assim, a assimilação e a implementação de práticas participativas para a consolidação da cidadania e a construção de um Estado democrático)”, é mister que prevaleça uma comunicação estratégica do tipo “transmissão de poder social” e não do tipo “efeito de vitrine”, afirmam Monteiro (2009, p. 44-45) e Fourez (1995). Para eles, “essa escolha não é meramente uma questão de abordagem teórica, mas de opção sociopolítica do fazer comunicacional”.

Outro ponto elementar para a construção de uma democracia ambiental na qual as vozes da sociedade sejam ouvidas de fato reside, acreditamos, no estudo de *como* os fluxos midiáticos são entendidos pelos distintos grupos sociais, em busca de sentidos que possam nortear ações socioambientais proativas.

Uma das facetas de nossas investigações sobre comunicação e educação ambiental⁶ consistiu em propor a 179 sujeitos de pesquisa (subdivididos em três grupos: 57 adultos, 62 jovens do ensino médio e 60 jovens do ensino fundamental) interação com trânsitos discursivos multidimensionais (CITELLI, 2012) de teor socioambiental, que pudessem de algum modo elucidar determinadas representações nessa interface.

⁶ Realizadas no PPGCOM-ECA/USP, em nível de mestrado e doutorado. Ver mais em: FALCÃO (2013) e FALCÃO (2018).

Apresentamos a seguir alguns resultados, cuja origem são estímulos advindos de diversas fontes de informação. Procuramos recolher representações individuais que facultassem investigar melhor a conexão coletiva dos moradores de uma área ambientalmente prejudicada com fluxos comunicativos ambientais ligados às representações previamente levantadas entre eles. A ideia central consistiu em verificar se esses fluxos determinavam alguma migração em direção à proatividade vinculada aos grupos/às instituições das quais o munícipe participava no momento da pesquisa.

O primeiro estímulo adveio de matéria publicada no jornal Folha de São Paulo⁷, intitulada *Ar da Grande São Paulo é o pior em oito anos*, cujos dados, fornecidos pela CETESB⁸, indicavam que o paulistano respira ar inadequado para consumo humano por mais de três meses ao ano. A opinião dos respondentes sobre a relação entre essa notícia e o ar que respiram em seu bairro acha-se no gráfico abaixo:

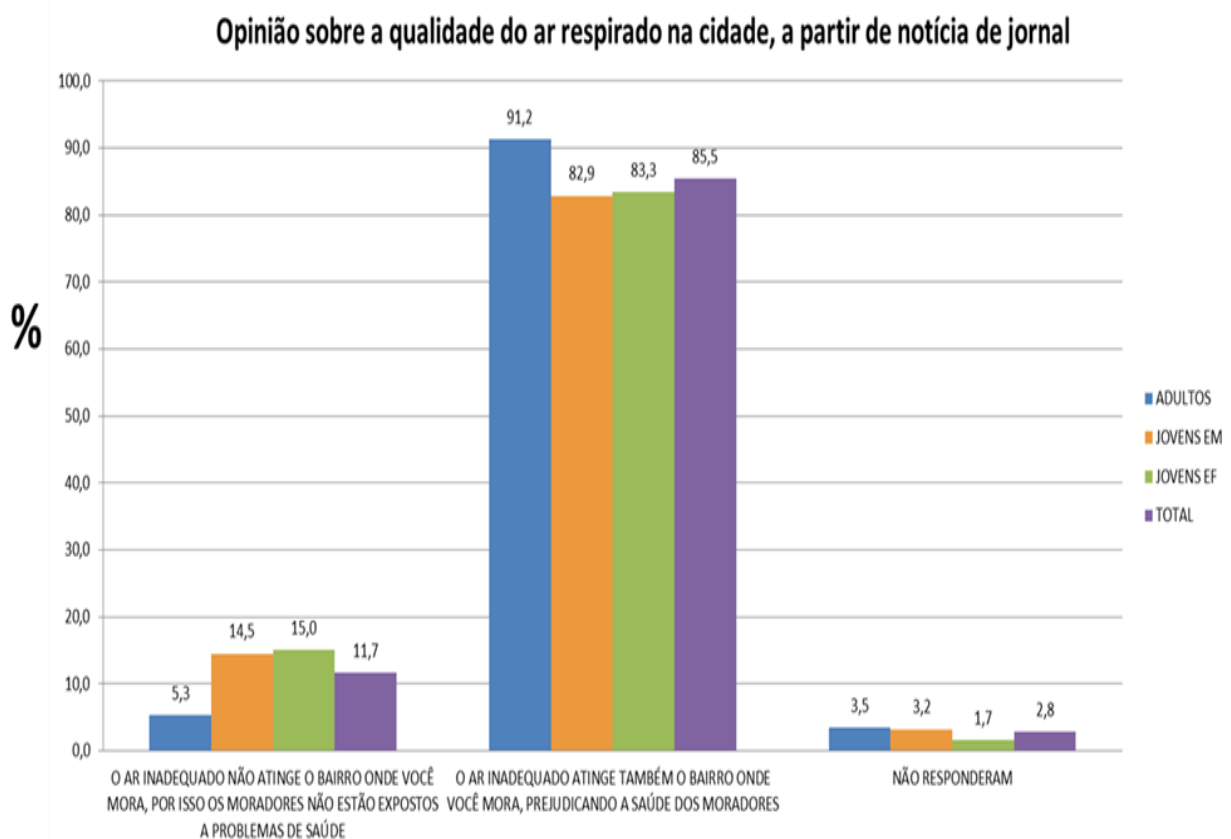


Figura 1 – Qualidade do ar respirado na metrópole versus ar respirado pelo munícipe em seu bairro – interpretação de notícia de jornal (fonte: elaboração da autora)

⁷ Edição impressa de 30/01/2012. Caderno Cotidiano.

⁸ Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

A interpretação de notícia ambiental circulante na mídia impressa e as respostas predominantes demonstraram reflexão/conhecimento dos munícipes acerca do fato físico mencionado. Uma curiosidade: embora a maioria tivesse clara consciência de que a sofrível qualidade do ar metropolitano atingia também seu bairro, como demonstram as respostas majoritárias, pouquíssimos respondentes ligaram esse fato à incidência de doenças no distrito quando pedimos que assinalassem os problemas ambientais percebidos em seu bairro⁹.

O “compromisso com a democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação socioambiental”, bem como o “compromisso com o direito à comunicação”, dois dos princípios da Educomunicação Socioambiental, conforme Soares (2011), aparentam precariedade na região pesquisada. A “apropriação democrática e autônoma de produtos de comunicação por meio dos quais os participantes passam a exercer seu direito de produzir informação e comunicação” (TASSARA, 2008) não se processa por inteiro no distrito pesquisado. Lycarião (2011) menciona uma dificuldade a se considerar no processo de empoderamento cidadão, a qual talvez se aplique aos moradores do lócus físico escolhido para a investigação: mesmo que esteja disponível um sistema de informações “com níveis mais acessíveis e discursivamente densos de argumentação”, representado, no caso, pela crescente abertura do poder público à participação popular e pelo avanço da comunicação via dispositivos variados, isso não implica que os cidadãos realmente farão uso dessas vantagens.

A próxima ilustração origina-se de uma pergunta que a princípio foi criada como uma escala numérica, na qual o munícipe deveria assinalar qual o grau de urgência dos meios de comunicação cobrarem políticas públicas de incentivo ao uso/comércio de veículos não poluentes na cidade de São Paulo. Fornecemos a ele um dado do DETRAN-SP¹⁰: mais de 7 milhões de veículos circulam no município atualmente (informação do site da instituição à época da pesquisa). O questionário-piloto, porém, revelou que seria mais fácil para os participantes responderem a partir de uma escala de palavras e não de números, então oferecemos uma escala com cinco possibilidades, equivalente à escala numérica inicial. As respostas mostramos a seguir.

⁹ Ver mais resultados em Falcão (2013).

¹⁰ Departamento de Trânsito da cidade de São Paulo.

Urgência dos meios de comunicação cobrarem políticas públicas de incentivo ao uso/comércio de veículos não poluentes

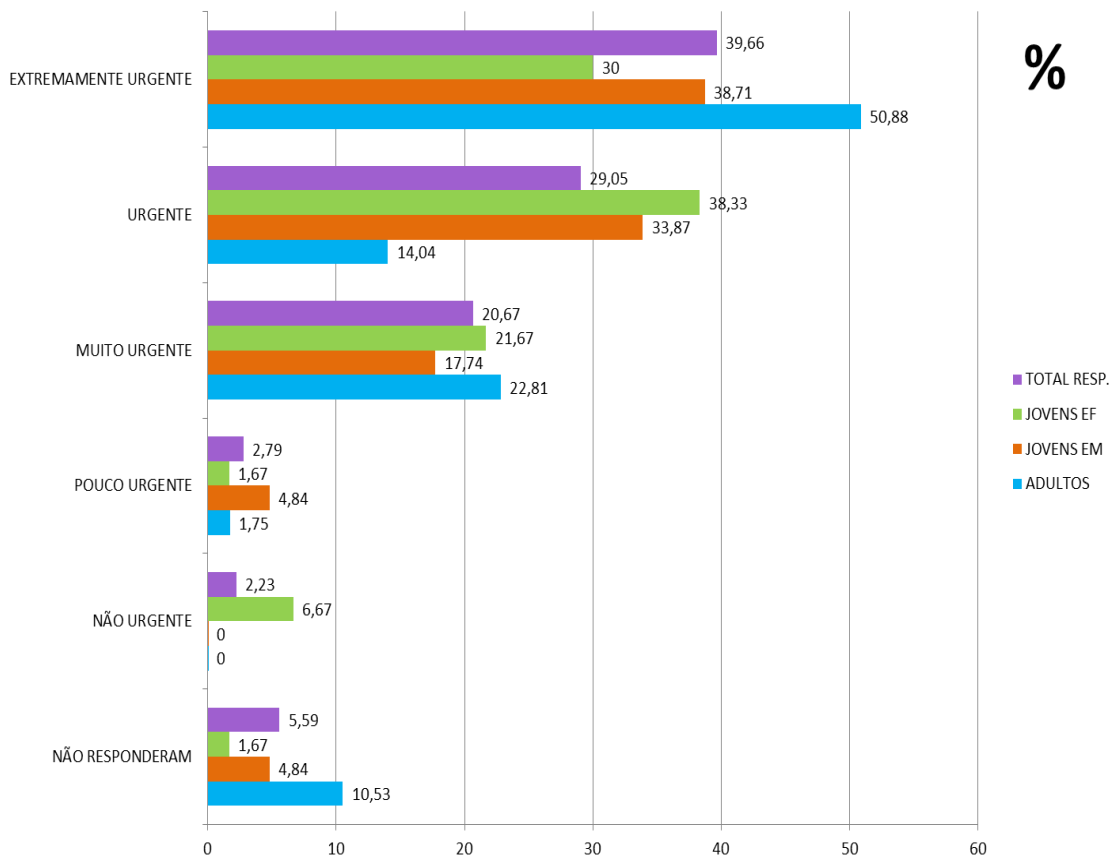


Figura 2 - Opinião dos munícipes sobre a urgência dos meios de comunicação cobrarem políticas públicas de incentivo ao uso/comércio de veículos não poluentes (resposta a partir do fornecimento de dado do DETRAN-SP: mais de sete milhões de veículos circulavam em 2012 na cidade de São Paulo). (fonte: elaboração da autora)

A breve análise das informações constantes desse gráfico limitar-se-á à observação de que todos os grupos, em grau maior ou menor, consideram urgente a ação dos meios de comunicação em direção à cobrança das autoridades no que tange à adoção progressiva de frota não poluente na cidade. Os dados colhidos demonstram haver clareza, para o munícipe, quanto ao papel especial da mídia na construção de políticas ambientais urbanas que resultem na melhoria da qualidade de vida coletiva. Note-se que apenas uma pequena parcela do grupo dos jovens de ensino fundamental (6,67%) assinalou a opção *não urgente*, sendo tal opção totalmente descartada pelos jovens do ensino médio e pelos adultos – estes últimos, ademais, destacaram-se como o grupo majoritário na opção *extremamente urgente*.

Giacomini Filho (1996, p. 42) lembra que os instrumentos de comunicação social devem ser encarados como “elementos agregados aos atributos de qualidade de vida”, por

conta de sua vocação como agentes informativos e persuasivos. Olhar para a mídia como parte e suporte do processo de transformação social proposto pela Educação Ambiental torna-se fundamental, ainda mais quando percebemos que a Educomunicação Socioambiental configura-se, de acordo com Lima e Melo (2008), uma possibilidade de construção do sujeito e de sua relação com o meio ambiente.

Convém, pois, no trabalho educacional de natureza ambiental, explorar melhor os trânsitos discursivos multidimensionais (CITELLI, 2012) resultantes da interação do cidadão com os aportes midiáticos em geral. Pesquisas apontam ser a mídia a maior fonte da população quanto ao acesso a informações na área ambiental. Por tal razão, discutiu-se no Evento Integrado Mídia e Educação Ambiental (2005) a importância de reconhecer os profissionais de comunicação não somente como "repassadores" de informação, porém como indivíduos detentores de destacado papel na reversão de sociedades insustentáveis. É fundamental dispor de “uma mídia qualificada como parte do processo de transformação social que a Educação Ambiental propõe, seja nas chamadas mídias alternativas ou nas hegemônicas” (EVENTO INTEGRADO, 2005).

Um cuidado a se tomar nesse tipo de trabalho, porém, diz respeito à prevenção quanto à transmissão midiática de conceitos estereotipados que pouco contribuem para que a comunicação ambiental conduza à ação socioambiental transformadora. Nossa sociedade, afirma Berna (2010), recebeu durante muito tempo informações concernentes a apenas um modelo de desenvolvimento – predatório, poluidor e injusto – e a modificação do processo informativo implica a quebra de conceitos arraigados, às vezes transformados em dogmas ambientais, bem como exige desvelamento das vicissitudes do sistema econômico. O desnudamento dos simulacros de mercado, conquanto difícil de se atingir levando-se em conta o padrão midiático predominante, deve contribuir para o abandono da “falsa consciência tranquila” do cidadão no que tange a sua relação com o meio ambiente – e, no nosso caso, com o meio ambiente urbano.

Imaginamos que uma indagação envolvendo duas visões possíveis em relação ao conserto de objetos em uma sociedade que prega o descarte e o consumo inveterado – com o apoio da propaganda massiva – pudesse nos ajudar a detectar a relação entre conceitos arraigados e novas visões socioambientais possibilitadas pelos trânsitos discursivos ligados às intervenções de marketing. Os resultados obtidos aparecem logo abaixo:

Opinião sobre conserto de objetos, face ao contato diário com propagandas incentivando o consumo*

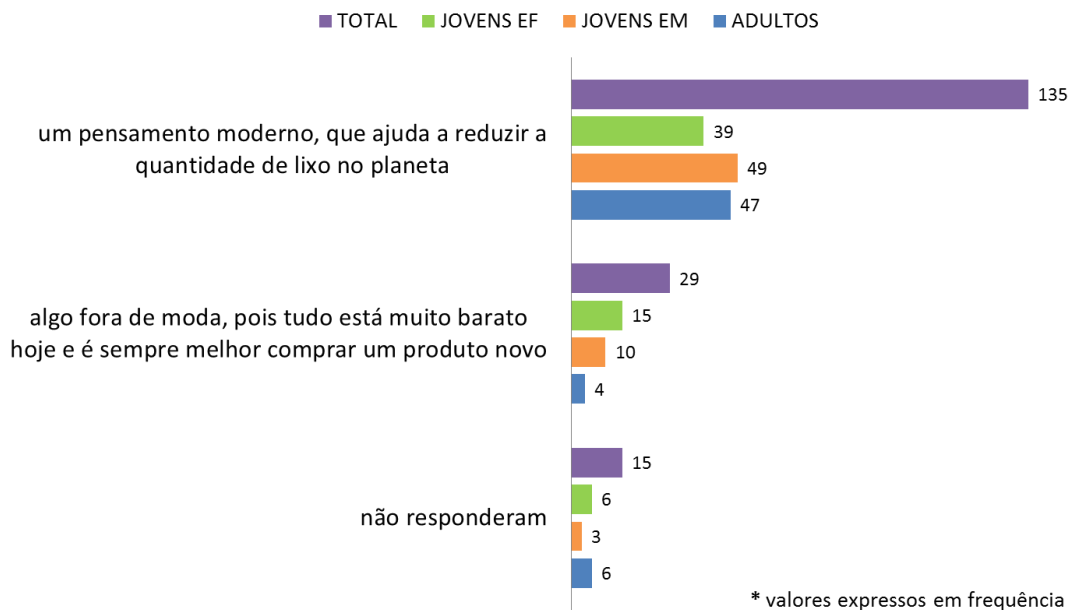


Figura 3 – Opinião dos moradores sobre conserto de objetos, diante das propagandas sobre a facilidade de se comprar novos objetos (fonte: elaboração da autora)

Transparece na ilustração a tendência à aceitação de dois princípios aos quais a mídia brasileira tem se referido nos últimos tempos: a redução do consumo conspícuo e a reciclagem de objetos. Outra leitura do dado permitiria inferir que apenas o *fator econômico* está sendo levado em consideração pelos respondentes, ainda premidos por pensamentos arraigados ao capitalismo corrente e à sua dificuldade em nele manter-se economicamente estáveis. O resultado, portanto, não indicaria a transcendência da “perspectiva puramente *individualista* de participação como uma contribuição em pequenas questões cotidianas” no plano socioambiental (BACKER, 1991, ap. LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2008, p.136, grifo nosso).

Mais uma interpretação cabível: se o tensor principal a impulsionar as escolhas é o mercado, por que, então, não teriam assinalado com mais vigor a opção ‘*algo fora de moda, pois tudo está muito barato hoje e é sempre melhor comprar um produto novo*’? Talvez porque não considerassem “tudo mais barato atualmente” (em relação a períodos históricos anteriores). Entretanto, há maior probabilidade de uma espécie de ‘consciente-inconsciente crítico’ a ditar que é politicamente incorreto admitir a preferência por ‘comprar objetos novos a ficar com os antigos’ — ainda mais em uma sociedade absolutamente díspar em distribuição de renda (mas com farto crédito) e que, ao mesmo

tempo, cobra atitude oposta, por meio do exercício continuado da obsolescência perceptiva (vigilância midiática em favor da manutenção do sistema). Eis um ângulo ao qual se aplica plenamente a teoria de Citelli (2006) a respeito da fragilização do termo representação.

O mesmo movimento discursivo que prega o consumo indiscriminado de bens e serviços é frequentemente encoberto por um segundo movimento discursivo que assume o lugar do primeiro: trata-se do discurso da sustentabilidade, socialmente disseminado, porém distante de ser introjetado definitivamente pelo corpo social e externalizado em forma de transformações socioambientais reais.

Uma maneira de verificar a procedência do que afirmamos foi inserir na pesquisa duas questões sobre a adoção de soluções sustentáveis na residência dos respondentes (espaço externo e interno). Seguem os resultados:

Soluções ambientais na residência (área externa)

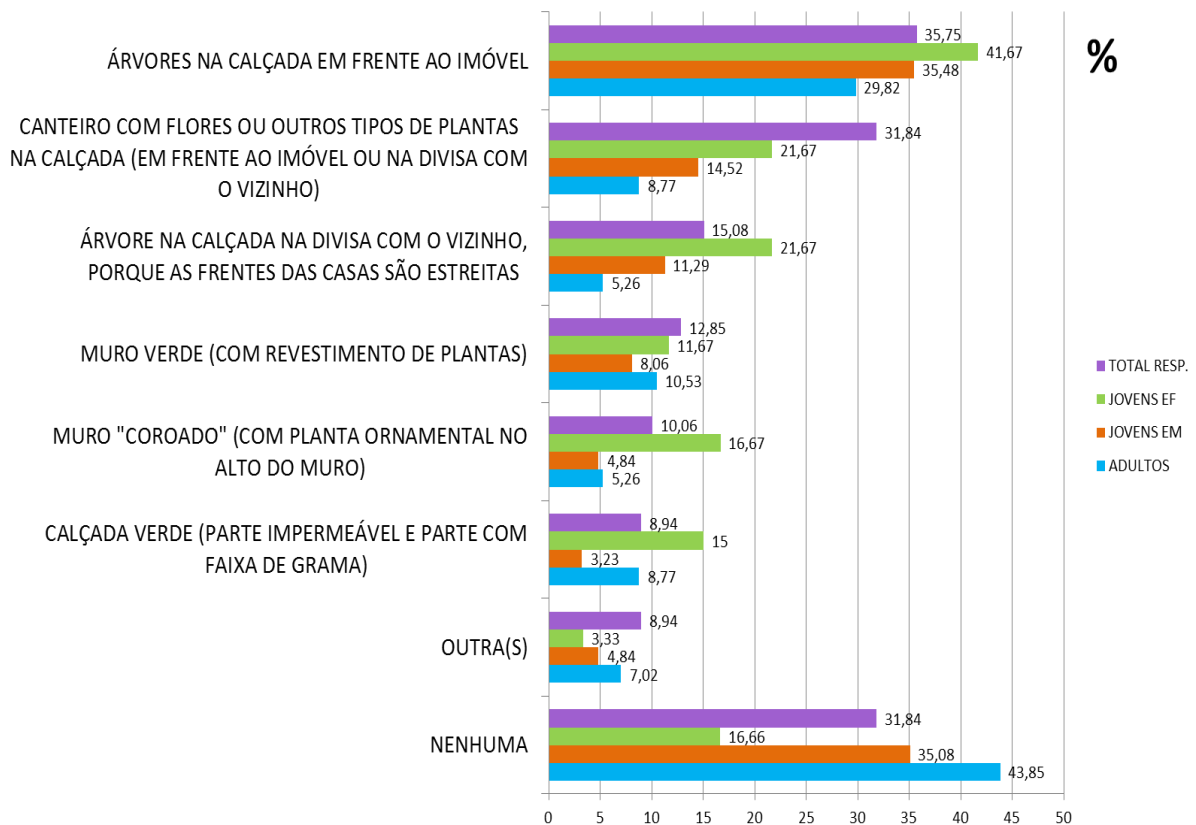


Figura 4 - Soluções ambientais adotadas na área externa do imóvel onde reside o respondente (fonte: elaboração da autora)

Apesar do baixo índice de arborização verificado no distrito lócus de pesquisa, a presença de uma árvore em frente ao imóvel foi a referência mais frequente em todos os

grupos, com diferentes percentuais, não alcançando, entretanto, nem a metade das residências. A presença do canteiro na calçada foi a segunda solução mais citada pelo conjunto dos respondentes, mas não é consenso entre os grupos, porque há opiniões diferentes e diversos empates, se observarmos com mais cuidado o gráfico. Importa mais, no momento, não uma análise detalhada dessas ocorrências, mas o entendimento de que nenhum dos itens, a partir do segundo colocado, alcança 25% de respostas, o que significa, grosso modo, que cerca de 75% das casas não contam com a adoção de ao menos uma dessas soluções ambientais, de forma a colaborar de algum modo para o bem-viver coletivo. A opção ‘*nenhuma*’ corrobora esse entendimento.

O item ‘*outra solução (qual?)*’ trouxe um ‘mix’ de oito frases que oscilam quanto ao tipo de pontes de pensamento feitas pelos respondentes. Três dessas frases indicam o que pode ser considerado outra solução: 1) ‘*Praça do prédio com árvores belas, lugar com plantas...*’ (uma possibilidade de auxiliar a integração homem-meio que deveria ser contemplada, talvez até sob força de lei – e a despeito da pressão econômica pela ocupação milimétrica do espaço urbano com imóveis que impermeabilizam 100% do terreno – por todos os arquitetos/engenheiros que planejam os novos edifícios urbanos); 2) ‘*Imóvel em obras para implantação dos itens acima*’ (indica sensibilização e proatividade ambiental. Cabe observar que a frase foi proferida por um morador que tem vínculos pessoais e profissionais com a gestão do meio ambiente); 3) ‘*Vasos com plantas na laje e área*’ (embora este não seja exatamente um encaminhamento que ajuda muito no combate ao efeito ilha de calor, já denota uma preocupação com a busca do contato com elementos naturais geradores de bem-estar).

Entre as demais frases, duas resumiram-se ao vocábulo ‘*nenhuma*’. Uma estudante anotou tal palavra e, em seguida, mencionou oralmente uma *parede com verde (vasos pendurados)*. Disse que sua casa era a única que tinha isso na rua. Outras respostas repetem ideias contempladas por opções anteriores, engendram explicações (‘*calçada pequena, não há árvore*’) ou contêm observações que remetem a certa frustração: ‘*Só existe cimento com tijolos...*’. Quanto à área interna dos domicílios, apuramos os seguintes dados:

Soluções ambientais na residência (área interna)

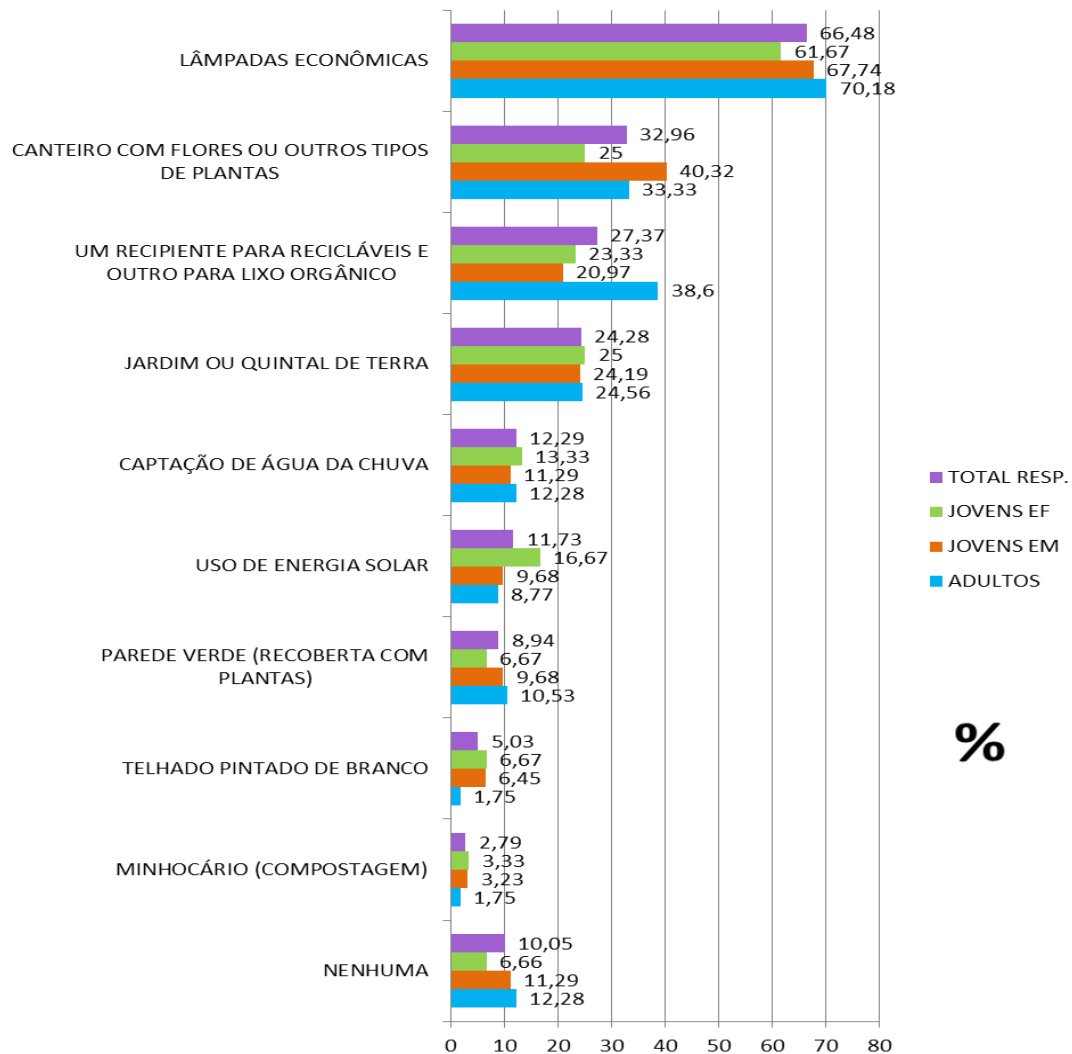


Figura 5 - Soluções ambientais adotadas pelo munícipe na área interna de sua residência (fonte: elaboração da autora)

À exceção das lâmpadas econômicas, referidas por mais de 60% dos respondentes de cada grupo (chegando a 70% entre os adultos), cujo uso ainda nos parece ter mais relação com a redução das contas da casa do que com uma consciência ecológica coletiva, podemos notar que as demais soluções alcançam, cada qual, cifras bem menores. Em segundo lugar para a totalidade dos respondentes aparecem os canteiros, que embora contribuam com a estética do ambiente, nem sempre conseguem contribuir para a reversão de danos ambientais como o efeito ilha de calor. A adoção de recipientes distintos para lixo reciclável e lixo orgânico, embora tenha sido mencionada por menos de 30% dos respondentes de cada grupo, alcança 40% considerando-se o total de respondentes. Ainda é um patamar muito baixo diante da produção estratosférica de lixo

na cidade, mas de todo modo constitui-se um hábito sustentável imprescindível à saúde ambiental e humana do município. Pode ser também que mais pessoas separem os recicláveis, porém não tenham ainda a cultura de reservar um recipiente específico para o armazenamento. Mais um motivo de desestímulo para a população local pode estar representado nas muitas queixas ouvidas em campo sobre a ausência de coleta seletiva ou falta de divulgação de sua existência em certos logradouros.

Como breve anedota, registramos: alguns moradores do distrito pesquisado costumam rir da velocidade dos caminhões de coleta seletiva nas ruas onde estes circulam. Explicamos: dada a desinformação predominante e a falta de cultura ambiental (cuja responsabilidade pela reversão também cabe às companhias de lixo, por meio de percentil contratual destinado à Educação Ambiental), mesmo os moradores bem informados às vezes têm seu lixo reciclável deixado para trás e precisam recolhê-lo ao interior de suas residências após a passagem do veículo coletor. Não sem esbravejar por uns instantes. Isso acontece porque alguns motoristas deslocam muito rapidamente o caminhão pelas ruas, presumindo, por sua experiência geral, que não haverá muitos recicláveis a recolher. Na passagem acelerada, muitos materiais deixam de ser recolhidos das calçadas. Esse tipo de prática — a denotar *falta de uma boa comunicação com os munícipes*, para garantir sua colaboração ininterrupta na separação do lixo, e *recolha às vezes parcial dos resíduos reaproveitáveis* — está, como é fácil perceber, relacionada a um bom faturamento do dinheiro público sem contraprestação adequada dos serviços. Outro ponto merecedor de discussão é o fato de a maior cidade da América Latina (recordista na produção de resíduos) reciclar apenas 6,56% do lixo produzido, conforme dado oficial divulgado em 2016¹¹. Nossas fronteiras técnicas exigem, porém, que posterguemos o desdobramento desses aspectos para outro momento. Por ora, fiquemos com algumas representações e aportes teóricos cabíveis para abordar os aspectos precípuos de nosso artigo.

Em linhas gerais, as representações socioculturais recolhidas no conjunto de nossa pesquisa, disponíveis para verificação no banco de teses e dissertações da USP, fornecem pistas e também evidências concretas acerca da adoção aquém do ideal de hábitos sustentáveis. Nossos resultados aproximam-se das conclusões da investigação promovida pelo Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP, 2010). De cada quatro

¹¹ <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-quadruplica-porcentagem-de-reciclagem-na-cidade>.

consumidores, segundo essa pesquisa, apenas um adotava entre oito e treze comportamentos sustentáveis (seria o ideal, conforme a metodologia condutora do trabalho, desenvolvida pelo Instituto Akatu e denominada *Teste de Consumo Consciente*¹²). Na verificação, apurou-se que indivíduos adotantes de comportamentos pró-sustentabilidade como os propostos nos treze itens da pesquisa eram apenas 4% da amostra. Coimbra (2004) lembra que a pesquisa IBOPE *O que o brasileiro pensa do meio ambiente*, edição 2007, já comprovava quão distantes nos encontramos da internalização da sustentabilidade como algo além da mera palavra (Citelli, 2006). Nos grandes centros urbanos, segundo Loureiro, Layrargues e Castro (2008), isso parece ocorrer com mais frequência, razão pela qual insistimos na ideia de que a Educomunicação pode se transformar em agência fundamental contra o que Morin (2006) denomina enfraquecimento do senso de responsabilidade e de solidariedade, advindo do enfraquecimento de uma percepção global.

Conclusão

Para fortalecer uma visada glocal¹³ acerca da preservação/restauração do meio ambiente como valor introjetado — para além do mero palavrório, portanto —, convém ampliar questionamentos, desenvolver mais pesquisas em torno do papel da escola ao trabalhar a educação ambiental associada aos contributos educomidiáticos disponíveis no ecossistema comunicativo¹⁴. Torna-se cada vez mais indispensável verificar em que medida a perspectiva cruzada (educomunicativa, transdisciplinar) dos *aspectos teóricos* da comunicação/educação ambiental com sua *vivência prática* — sobretudo em áreas urbanas — dá conta de promover reflexão e ação sobre o real. Ramos-de-Oliveira (2007, p. 135) oferece vereda para mudança de olhar quando observa: na maioria das escolas, os estudantes são expostos a uma visão do “real congelado” — em lugar de um real que indique o processo constante de transformação da realidade, entre cujos agentes privilegiados incluímo-nos todos.

Esse desvio lógico precisa ser revisto e consertado, pois se hoje “ninguém mais preserva seu elo orgânico com a cidade e seus concidadãos”, limitando-se, cada um, apenas a sua tarefa especializada (MORIN, 2006, p.18) e à sua realidade pessoal

¹² Disponível em: <http://tcc.akatu.org.br/login/>

¹³ Sobre o termo *glocal*, consultar Roland Robertson, capítulo "Glocalização: tempo-espço e homogeneidade-heterogeneidade" (pp. 246-268), da obra **Globalização - Teoria social e Cultura Global** (Petrópolis, RJ: Vozes, 1999).

¹⁴ Consultar, e.g., a tese de Rosana Louro (2007). Referências completas ao final deste artigo.

acomodada no centro de um real fictício, dificilmente sairemos do cadafalso em que nos posicionamos para promover o cuidado coletivo a ser dispensado ao meio ambiente. Assim, dados “os imperativos de uma nova ordem histórica, social, cultural e econômica” (CITELLI, 2011, p.102) na qual é preciso ponderar de modo sempre mais delicado o sem-número de interesses em jogo — e estes precisam ser considerados em favor da participação proativa, conforme Marques (2011) —, urgente se faz resgatar o elo com a ‘vida orgânica’ das cidades, dentro e fora do ambiente escolar.

Ademais, nessa dinâmica, convém atentar para o provimento de “condições paritárias de expressão e enunciação”, cuidando para frear o avanço de estratégias enunciativas voltadas a fins excludentes das demandas coletivas advindas do debate racional. Importa trabalhar no sentido de redimensionar os interesses particulares de modo a fazerem parte de um todo a ser atendido para o bem comum (MARQUES, 2011, p. 2). Por fim, cumpre frisar que o educador capacita-se para exercer papel decisivo nesse processo, porque pode atuar em inúmeras esferas: tanto na tradicional sala de aula quanto em múltiplos outros espaços físicos ou virtuais nos quais se processem práticas vinculadas ao binômio Comunicação-Educação Socioambiental.

Referências

- CITELLI, A. **Palavras, Meios de Comunicação e Educação**. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. Comunicação e Educação: Implicações Contemporâneas. In: **Educomunicação: Construindo uma Nova Área de Conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- _____. Mesa redonda *Comunicação e Culturas do Consumo: novos desafios para a Educação*. II Congresso Internacional em Comunicação e Consumo. São Paulo, ESPM, 15 e 16/10/2012.
- COEP. Teste de Consumo Consciente (2010). Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida. Disponível em: [www. Akatu.org.br](http://www.Akatu.org.br).
- COIMBRA, J. A. A. Linguagem e Percepção Ambiental. In: Philippi Jr, A.; Roméro, M. A.; Bruna, G. C. (Ed.). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.
- BERNA, V. S. D. **Comunicação Ambiental: reflexões e práticas em educação e comunicação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2010.
- EVENTO INTEGRADO: Mídia e Educação Ambiental - 2005. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/350358.shtml>. Acessos em: 9/11/2010
- FALCÃO, S. P. **Comunicação e Educação Ambiental na construção de sentidos urbanos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-30012014-113513/>>

_____. **Interfaces Colaborativas em Comunicação e Educação Ambiental**. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FOUREZ, G. **A Construção das Ciências: Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

GIACOMINI FILHO, G. Comunicação e Qualidade de Vida. In: Dencker, A. F. M. e Kunsch, M. M. K. Kunsch (orgs.). **Comunicação e Meio Ambiente**. São Paulo/ São Bernardo do Campo: Intercom/ Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996.

JACOBI, P. R. **Cidade e Meio Ambiente: Percepções e Práticas em São Paulo**. São Paulo: AnnaBlume, 2008, 3ª ed.

LIMA G. L. e MELO, T. Educomunicação e Meio Ambiente. In: <http://educambiental.wordpress.com/2008/09/08/educomunicacao-ambiental/>. Acessos em 9/11/2010 e 8/7/2018.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES P. P., CASTRO, R. S. de (orgs.) **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2008.

LYCARIÃO, D. Internet e movimento ambientalista: estratégias do Greenpeace para a sustentação de debates na esfera pública. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARQUES, A. O papel dos interesses na construção de uma ética dos processos comunicativos. Juiz de Fora: **Revista Lumina**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, vol. 5, n.1, jun 2011.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. In: Revista **Lua Nova**, n. 55-56, p. 163, 2002.

MONTEIRO, G. F. A singularidade da Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org.) **Comunicação Pública – Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2009.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2006, 12ª ed.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. A Escola, esse mundo estranho. In: PUCCI, B. (org.). **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Rio de Janeiro: Vozes; São Carlos, EDUFSCAR, 2007, 4ªed.

SILVA, R. L. F. **O meio ambiente por trás da tela - estudo das concepções de educação ambiental dos filmes da TV escola**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.48.2007.tde-25042007-104315.

SOARES, I. O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

TASSARA, E. T. **Dicionário Socioambiental – Ideias, Definições e Conceitos**. São Paulo: FAARTE Editora, 2008.